

Documento de Apresentação
Contribuições do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)

1. Relação entre a Proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Tema Integrador “Consumo e Educação Financeira” (CEF)

Com a globalização, que excluiu as fronteiras entre os países e o significativo alcance da informação por meio das novas tecnologias, o impulso para o consumo tornou-se global e padronizado, em torno de modelos e símbolos difundidos de forma rápida e intermitente. Nesse cenário, valores de duração e permanência foram substituídos pela ostentação da qualidade do que é novo e transitório.

As mercadorias, elementos essenciais da sociedade de consumo, possibilitam identidade, pertencimento e reconhecimento social pelas pessoas. Desse modo, as práticas de consumo estão vinculadas à identificação do sujeito como pertencente a determinado estrato social, grupo etário, gênero, estilo de vida, dentre outros marcadores de pertencimento social.

Destaca-se ainda a crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros oferecidos pelos agentes de mercado. Quando as informações complexas não são compreendidas pelos sujeitos, estes podem fazer escolhas prejudiciais à gestão de seus recursos financeiros. Ao mesmo tempo, na medida em que a oferta de novos produtos e serviços é positiva - dada a diversidade de opções que podem agradar a públicos distintos - a decisão por cada um deles torna-se mais difícil e exige mais conhecimento.

No âmbito das relevantes práticas de educação financeira foi criada no Brasil política de Estado, envolvendo diversas entidades do governo e da sociedade, viabilizada pela *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*¹. Seu objetivo é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar iniciativas que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

A perspectiva da ENEF afasta-se da noção de educação financeira voltada para a expansão de produtos financeiros e para o estímulo ao crédito. Também, não se trata unicamente de ensinar ao estudante como organizar suas finanças pessoais e realizar investimentos financeiros.

¹ A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010.

A concretização da Estratégia é realizada por meio do *Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)*² e do *Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)*³ criado para assessorar o Comitê e apreciar, revisar e validar conteúdos e metodologias pedagógicas relacionados à educação financeira. O GAP é presidido permanentemente pelo Ministério da Educação (MEC).

Uma das ações da Estratégia é materializada no *Programa Educação Financeira nas Escolas*⁴ e nos respectivos livros didáticos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A compreensão do tema pela ENEF e pelo MEC tem como foco a formação comum imprescindível para o exercício da cidadania e a participação na vida social, dentre outros.

Na concepção pedagógica que fundamenta o Programa, a educação financeira é entendida e estudada nas *dimensões espacial e temporal*. A *dimensão espacial* abarca os conceitos da educação financeira que se pautam no impacto das ações individuais sobre o contexto social, compreendendo os níveis individual, local, regional, nacional e global. Os objetivos da *dimensão espacial* são:

- Formar para a cidadania articulando direitos e deveres;
- Educar para consumir e poupar de modo ético, consciente e responsável, equilibrando também consumo e poupança;
- Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma a partir da compreensão da linguagem do mundo financeiro e do julgamento crítico em relação à publicidade;
- Formar disseminadores, uma vez que crianças e jovens incorporam os conhecimentos de educação financeira e podem ajudar seus familiares, influenciando positivamente outras pessoas.

² Integram o CONEF: Banco Central do Brasil (BACEN); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Ministério da Fazenda; Ministério da Educação; Ministério da Previdência Social; Ministério da Justiça; Associação Brasileira das Entidades dos Mercados, Financeiro e de Capitais (ANBIMA); BM&FBOVESPA; Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).

³ Integram o GAP, representantes dos seguintes órgãos e entidades: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Instituições Federais de Ensino, de cada uma das cinco regiões brasileiras, Conselho Nacional de Educação, Conselho Nacional dos Secretários de Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação.

⁴ Informações sobre o Programa “Educação Financeira nas Escolas” encontram-se disponíveis em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br>.

Na *dimensão temporal*, os conceitos são abordados com base na noção de que as decisões tomadas no presente afetam o futuro. Assim, o presente não é fruto apenas das ações individuais sobre o contexto social realizadas no passado, mas é considerado como tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências e resultados – positivos ou negativos – serão colhidos no futuro.

Os objetivos da dimensão *temporal* são:

- Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos, assumindo a responsabilidade pelas consequências, pelas renúncias e prioridades;
- Desenvolver a cultura da prevenção, considerando os imprevistos, a maior expectativa de vida, o envelhecimento e a aposentadoria, procurando, ainda, evitar desperdício, guardar dinheiro, fazer seguros ou investimentos e dispor de planos de previdência, públicos ou privados;
- Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual e aprimorar a condição socioeconômica, reduzindo o endividamento e viabilizando a realização de planos de longo prazo.

Dado o momento de consulta pública do documento preliminar da proposta da BNCC, o GAP elaborou contribuições que apresentam a interface entre os objetivos de aprendizagem das áreas de conhecimento e componentes curriculares e o tema integrador Consumo e Educação Financeira (CEF).

O tema integrador CEF possibilita ao estudante refletir sobre práticas de consumo e poupança, levando em conta os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, ler criticamente mensagens publicitárias, cuidar e preservar os recursos naturais. Desse modo, contribui para que as crianças, adolescentes, jovens e adultos brasileiros sejam capazes de resolver seus desafios cotidianos, avaliando as consequências de suas ações.

2. Relação entre as Áreas de Conhecimento, Componentes Curriculares e o Tema Integrador “Consumo e Educação Financeira” (CEF)

2.1 Ciências da Natureza

O ensino de Ciências da Natureza na Educação Básica visa promover a compreensão de como a ciência se constituiu historicamente e a quem ela se destina. Procura examinar questões culturais, sociais, éticas e ambientais associadas ao uso dos

recursos naturais e das tecnologias, possibilitando aos estudantes a interação em ambientes diversos, considerando a dimensão planetária.

A área busca formação que capacite “as crianças, os jovens e os adultos para reconhecer e interpretar fenômenos, problemas e situações práticas, como, por exemplo, questões associadas à geração e ao tratamento de lixo urbano, à qualidade do ar de nossas cidades, ao uso de agrotóxicos em nossas lavouras, a partir de diferentes visões de mundo, contextos e intencionalidades, para que esses sujeitos possam construir posições e tomar decisões argumentadas, perante os desafios do seu tempo” (Documento Preliminar da BNCC, Apresentação da área).

No Ensino Fundamental, os conhecimentos abordados no componente curricular Ciências estão relacionados a diversos campos científicos cujos estudos serão progressivamente aprofundados no Ensino Médio por meio dos componentes curriculares Biologia, Física e Química.

A área de Ciências da Natureza trata de questões como o consumo eticamente consciente, a responsabilidade ambiental, o cuidado com o uso e a preservação de recursos naturais, a preocupação com os impactos sociais e ambientais decorrentes de decisões individuais e coletivas.

Procura evidenciar o fato de que o desenvolvimento científico pode promover tanto progressos quanto desequilíbrios na natureza e na sociedade e para ser compreendido, outros saberes são demandados. Dessa forma, o tema integrador CEF perpassa os objetivos de aprendizagem das áreas e componentes curriculares que integram a BNCC.

2.2 Linguagens

Os conhecimentos da área de Linguagens possibilitam compreender a atuação dos sujeitos em práticas de linguagem, em variadas esferas da comunicação humana e em interações mediadas por palavras, imagens, sons, gestos e movimentos. A área reúne quatro componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física.

Cabe à área importante tarefa, como o domínio progressivo das convenções da escrita para ler e produzir textos em diferentes situações de comunicação; bem como a tarefa do letramento, que diz respeito aos variados usos sociais e escolares que o sujeito faz da oralidade, da leitura e da escrita.

O trabalho com as diversas situações de leitura, produção, criação e fruição busca promover a compreensão de que há diferentes percepções, representações e entendimentos sobre a realidade, que incluem relações de poder, valores, responsabilidades, interesses pessoais e institucionais configurados pelas linguagens.

Os objetivos de aprendizagem da área de Linguagens articulam-se com o tema integrador CEF, uma vez que permitem a leitura crítica de textos publicitários e de registros específicos da educação financeira, particularmente relevantes para a tomada de decisões autônomas, conscientes e responsáveis.

2.3 Ciências Humanas

As Ciências Humanas dedicam-se “aos estudos da existência humana e das intervenções sobre a vida, problematizando as relações sociais e de poder, os conhecimentos produzidos, as culturas e suas normas, as políticas e leis, as sociedades nos movimentos de seus diversos grupos, os tempos históricos, os espaços e as relações com a natureza” (Documento Preliminar da BNCC, Apresentação da área).

A área é constituída pelos componentes curriculares obrigatórios: História e Geografia, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio. O componente curricular Ensino Religioso é oferecido obrigatoriamente apenas no Ensino Fundamental. Os componentes curriculares obrigatórios Sociologia e Filosofia são oferecidos exclusivamente na etapa final da Educação Básica.

A área contribui com “processos diversos de letramento, de desenvolvimento das linguagens e de raciocínios matemáticos, sistematizando percepções de espaços em diferentes tempos históricos e escalas geográficas, ampliando o entendimento sobre pessoas, culturas e grupos sociais em relações de produção, de poder e de transformação de si mesmas e do mundo” (Documento Preliminar da BNCC, Apresentação da área).

Os objetivos da área articulam-se com o tema integrador CEF na medida em que trata de questões, como a sustentabilidade, globalização, relações internacionais e suas influências na produção e no consumo, a importância do trabalho e de seu impacto sobre a vida social, o exercício de direitos e deveres e da cidadania, entre outras. Nesse sentido, possibilita aos estudantes a reflexão sobre sua própria experiência, a valorização dos direitos humanos, o cuidado de si mesmo, da vida em sociedade, do meio ambiente, assumindo o compromisso com as próximas gerações.

2.4 Matemática

O ensino de Matemática na Educação Básica possibilita formar sujeitos éticos, críticos e qualificados. Na contemporaneidade, o desenvolvimento tecnológico impõe desafios que requerem conhecimentos e conceitos matemáticos para a escolha responsável de decisões.

“A evolução do conhecimento matemático como ciência veio acompanhada de uma organização em eixos tais como geometria, álgebra, operações aritméticas, dentre outros. Essa organização deve ser vista tão somente como um elemento facilitador para a compreensão da área de Matemática. Os objetos matemáticos não podem ser compreendidos isoladamente, eles estão fortemente relacionados uns aos outros. Superar a perspectiva de limitar esses objetos em blocos isolados e estanques tem sido um dos principais desafios a serem vencidos com relação às práticas escolares de trabalho com a Matemática” (Documento Preliminar da BNCC, Apresentação da área).

Embora muitos objetos matemáticos tenham um caráter abstrato, “é importante considerarmos que, antes de o educando ser apresentado à representação de um objeto matemático, é preciso que ele elabore a compreensão desse objeto. Além disso, no caso da Matemática, um mesmo objeto pode ser representado de diferentes maneiras e uma mesma representação pode ser associada a diferentes objetos. Por exemplo, a representação simbólica $\frac{3}{4}$ pode significar três partes de um inteiro dividido em quatro partes iguais, ou uma relação entre três e quatro, ou uma divisão de três objetos em quatro partes iguais ou, 75% ou, ainda, uma probabilidade” (Documento Preliminar da BNCC, Apresentação da área).

No processo de aprendizagem, o professor é o responsável por mediar o refinamento gradativo das representações dos objetos matemáticos vivenciados pelos educandos. Para tal é importante apresentar aos alunos cenários para investigação que os convidem a formular questões e buscar, por meio de conceitos matemáticos e de registros de representação simbólica, respostas a suas indagações.

A área de conhecimento de Matemática articula-se com o tema integrador “Consumo e Educação Financeira” ao possibilitar a compreensão dos mecanismos, produtos e serviços oferecidos pelos setores que compõem o sistema financeiro do Brasil. A apropriação dos conceitos matemáticos amplia a capacidade de resolver problemas que envolvem abstração, produzindo leituras críticas do mundo.

3. Metodologia para elaboração das Planilhas

Inicialmente, o GAP realizou leitura criteriosa de cada um dos objetivos de aprendizagem das áreas de conhecimento e componentes curriculares, no intuito de selecionar aqueles que poderiam estar relacionados ao tema integrador CEF. Este procedimento levou em conta o futuro trabalho dos professores da Educação Básica com a temática “Consumo e Educação Financeira”.

Buscando tornar clara a interface entre os objetivos de aprendizagem das áreas de conhecimento, componentes curriculares e o tema integrador CEF, foram elaboradas explicações com base nos objetivos da ENEF, nos livros didáticos do *Programa Educação Financeira nas Escolas – Ensino Médio e Ensino Fundamental* e no documento *Guia de Orientação para as Escolas*⁵. Esta interface encontra-se representada em planilhas que incluem os seguintes itens: Área de Conhecimento; Componente Curricular; Ano de escolaridade; Unidades de Conhecimento ou Enfoques; Eixos; Objetivos de aprendizagem; Justificativas; e Sugestões de nova redação do Objetivo.

Para argumentar as justificativas da relação entre os objetivos de aprendizagem das áreas de conhecimento, presentes na BNCC, e o tema integrador CEF utilizou-se o material didático do Programa “Educação Financeira nas Escolas” por duas razões. A primeira é a disponibilidade de todo o conteúdo dos materiais didáticos do Ensino Médio para *download*, de forma gratuita⁶, possibilitando ao educador escolher baixar os Livros – do Aluno e do Professor – na íntegra ou por temas, conforme sua necessidade. Os livros didáticos do Programa para o Ensino Fundamental também estarão disponíveis brevemente, tão logo sejam conhecidos, ainda no primeiro trimestre de 2016, os resultados do projeto piloto realizado junto aos estudantes e professores nas escolas das redes municipais de Joinville, SC, e Manaus, AM.

A segunda razão é que o material serve como sugestão aos professores porque “educação financeira” é um tema que, de modo geral, não integra o currículo dos cursos de licenciatura e nem é tratado nas iniciativas de formação continuada. Portanto, o professor não possui referência de trabalho com a temática dado que a educação

⁵ O documento “*Orientações para Educação Financeira nas Escolas*” foi elaborado no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-26-para_criancas_e_jovens.html

⁶ Plataformas virtuais abertas: <http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/o-programa>
<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/publicacoes?id=12583:ensino-medio>

financeira não integra a cultura escolar, e sim é uma temática emergente na contemporaneidade.

Por fim, sabe-se da limitação do material que, por ser didático, pode reduzir a criatividade do professor, uma vez que não abrange a totalidade das possibilidades de tratamento da temática. Contudo, não se invalida o material como um subsídio de sugestão para que o professor possa tomá-lo como ponto de partida para a prática em sala de aula.

Salienta-se que foi constatada interface com o tema integrador em 224 objetivos, assim distribuídos: 26 na área de Ciências da Natureza; 104 na área de Linguagens; 47 na área de Ciências Humanas; e 47 na área de Matemática.

Não se verificou interface entre o tema integrador e os objetivos de aprendizagem das seguintes áreas de conhecimento, componentes curriculares e anos de escolaridade:

- *Ciências da Natureza*: componente curricular Física, no Ensino Médio; componente curricular Biologia no 1º e 2º anos do Ensino Médio.
- *Linguagens*: componente curricular Educação Física, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.
- *Ciências Humanas*: componente curricular Ensino Religioso, no Ensino Fundamental; componente curricular Filosofia, no Ensino Médio; componente curricular Sociologia no 1º ano do Ensino Médio.

Cabe, ainda, observar a ausência dos pressupostos que fundamentam a concepção dos temas integradores no documento preliminar da BNCC. Nesta perspectiva, o GAP encontrou dificuldades para elaborar suas contribuições em relação à interface do tema integrador “Consumo e Educação Financeira” com os objetivos de aprendizagem das áreas e componentes curriculares. Convém salientar que o sistema elaborado para receber as contribuições, no âmbito da consulta pública, não previu a possibilidade de manifestações voltadas para a análise da relação entre os objetivos de aprendizagem das áreas e componentes curriculares e os temas integradores.

Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)
Brasília, DF, 14 de março de 2016.